

Na sequência do colapso da União Soviética e da segunda Guerra do Golfo, Israel envolveu-se num ambicioso processo de diálogo multidimensional com o mundo árabe que o rodeia. Entabulou negociações bilaterais com Estados vizinhos e com o povo palestino, assim como negociações multilaterais que tratam de questões funcionais numa perspectiva regional. As principais potências mundiais participam também neste processo através de financiamentos, patrocínios e aconselhamento. O interesse árabe neste processo é sobretudo político. Os palestinos encaram as negociações como uma via para a formação dum Estado: a Síria e o Líbano querem recuperar território, enquanto a Síria se esforça por expandir a sua influência regional; a Jordânia procura normalizar o seu relacionamento delicado tanto com Israel como com os palestinos. O interesse mundial é predominantemente económico: a salvaguarda da estabilidade regional permite garantir a viabilidade dos regimes do Golfo fornecedores de petróleo; estratégico: a estabilização da corrida às armas no Médio Oriente, a segurança das rotas comerciais e as alianças-chaves; e religioso: por exemplo Jerusalém.

O interesse de Israel neste processo, e apenas o de Israel, pode ser definido quase exclusivamente em termos de segurança. Para a grande maioria dos israelitas, é a preocupação com a segurança que continuará a orientar ainda durante muito tempo a atitude do país em relação à paz com os seus vizinhos. Na realidade, a paz *significará* essencialmente segurança. O facto de isto poder desapontar muitos dos simpatizantes de Israel no Médio Oriente e no mundo em geral (assim como uns poucos israelitas muito optimistas) que procuram agora discutir a integração económica e cultural de Israel nessa região, não altera em nada aquela realidade.

### **Preocupações básicas de segurança**

Não é possível descrever a dimensão de segurança da paz sem primeiro procurar de um modo breve compreender as preocupações básicas de segurança de Israel. As percepções de ameaça nacional dos israelitas são existenciais. É um facto que para a maioria dos israelitas já está ultrapassada a ideia do mundo árabe como uma coligação monolítica agressiva empenhada na destruição de Israel perante a indiferença do mundo. A realidade é que Israel está agora empenhada num processo de paz baseado num conjunto de premissas muito diferentes. As imagens negativas não estão porém muito distantes. Elas permanecem imediatamente acessíveis no subconsciente colectivo dos israelitas.

Além disso, Israel continua efectivamente a ver em alguns agentes árabes extremistas, assim como no actual regime iraniano, uma rejeição persistente da sua existência física, que se manifesta nos preparativos militares que fazem (v.g., mais recentemente com Saddam Hussein), na recusa dos palestinos «rejeicionistas» em sancionar a existência de

Israel, mesmo dentro das fronteiras de 1948-1967, e na demora ou nas referências ambíguas ao *direito de retorno* dos palestinianos ao Estado de Israel pré-1967 aliás, um dos pontos agendados para discussão nas negociações sobre o Estatuto Final dos Territórios previstas dentro de aproximadamente dois anos. Esta rejeição tem sido expressa de um modo crescente nestes últimos anos na óptica do islamismo radical, cujos agentes, como o Irão, consideram a própria existência do Estado de Israel uma afronta inaceitável para o Islão.

Mesmo entre os árabes moderados — aqueles que actualmente procuram estabelecer acordos de paz e compromissos com Israel — os israelitas notam uma falta persistente em legitimar Israel como um Estado judaico viável situado no coração do território muçulmano. Os árabes moderados, começando pelo Egipto, na ausência de uma alternativa realista e segura, estão preparados para a coexistência pacífica com Israel. Mas não no seu íntimo. Se, mentalmente se *reconciliaram* com a *presença de Israel, emocionalmente* continuaram a *ver Israel como «um Estado cruzado de alta tecnologia»*, segundo a definição dada pelo perito árabe-americano Ahmed Hashim.

A prontidão árabe para levar a cabo um determinado tipo de reconciliação, por mais ténue e reservada que seja, constitui naturalmente para os israelitas «boas notícias». Pode-se, contudo, perdoar aos israelitas o facto de nem sempre registarem o aspecto positivo desta distinção entre a mente e o coração árabe. Neste contexto, há que notá-lo, a aceitação por escrito do Presidente da OLP, Arafat (na sua carta ao Primeiro-Ministro Rabin), do direito à existência de Israel constitui incontestavelmente a mais significativa e essencial das muitas concessões que efectuou no processo de paz. Poucos líderes árabes jamais concederam a Israel o grau de legitimidade implícito no reconhecimento do seu *direito à existência*.

A um nível mais abstracto, os incidentes de agressão militar e de violência terrorista contra os israelitas e contra os judeus em geral, desencadeiam entre os israelitas um mecanismo de recordação do holocausto, assim como de tentativas anteriores (ao longo dos três mil anos da História Judaica) para destruir fisicamente o povo judeu ou, pelo menos, uma parte dele. Não é por acaso que muitos dos feriados judeus (por exemplo, a Páscoa, Hannukah, Purim) celebram vitórias sobre os tira-nos do mundo antigo que planearam justamente tais operações genocidas. Nenhum outro povo dos tempos modernos possui um tal legado — que se estende desde os Faraós até Hitler — de sobrevivência no abismo existencial.

A preocupação de Israel com a segurança e os cenários de conflito é também inevitavelmente um reflexo das experiências de guerra dos últimos quarenta e cinco anos. A maior parte das guerras israelo-árabes (1948, 1967, 1973) envolveram uma coligação árabe e não apenas um único Estado árabe. Na maioria destas guerras, os objectivos árabes eram absolutos, isto é, tinham por finalidade a destruição de Israel

(mesmo quando, como no conflito de Outubro de 1973, a investigação mais recente indica que, ao menos o Egipto, não alimentava uma tal aspiração operacional). Como consequência, os israelitas – que fazem um serviço militar extenso e são altamente informados em questões de segurança – têm tendência para postular cenários de conflito potencialmente amplos e para preparar soluções militares em conformidade, optando frequentemente por considerar o pior cenário a única via segura para pensar na próxima guerra.

A estas considerações acrescem as circunstâncias quase únicas de Israel. Israel não tem aliados oficiais nem tão-pouco vizinhos amistosos. O apoio da América é naturalmente bem acolhido, mas é filtrado por uma visão de auto-suficiência, refinada pelo sentimento de que os judeus nunca deverão voltar a depender dos outros para a sua própria segurança. Em última análise, Israel está completamente só (que os palestinianos partilhem deste sentimento de isolamento constitui uma das potenciais chaves de uma reaproximação genuína entre israelitas e palestinianos).

A ausência de profundidade estratégica do território nacional, a proximidade vizinha dos exércitos árabes e a dependência de um sistema de mobilização de reservistas para fornecer o grosso da força de combate israelita, provocam uma susceptibilidade especial entre os israelitas ao ataque de surpresa assim como à vulnerabilidade da retaguarda civil. Tudo isto, aliado à percepção de que os objectivos de guerra árabe-iranianos são de longo alcance, tem contribuído para fomentar os conceitos de guerra preventiva, ataque é, antecipado e transferência da batalha para o território inimigo. Num sentido mais formal, estes factores têm contribuído para gerar uma doutrina militar baseada num conceito alargado de dissuasão e controlo que opera aberta e declaradamente ao nível convencional, assim como contra as ameaças de violência de baixo nível; mas que, na percepção árabe-iraniana, funciona também a um nível não convencional. Atribui-se-lhe igualmente a responsabilidade, pelo parcial, pela percepção árabe de Israel como um agressor permanente — o que espelha a imagem que os israelitas têm dos árabes. Porém, isto constitui também, como veremos, um bloco de construção potencial para arranjos sólidos de segurança como parte dos acordos de paz.

O predomínio dos aspectos de segurança faz com que os israelitas encarem a maioria das componentes da paz sob esse prisma. Assim, questões hídricas e demográficas são «segurança», na medida em que qualquer tratamento deficiente delas poderá também ter ramificações existenciais irreversíveis.

Isto leva-nos a reflectir sobre um nível adicional das percepções sobre a segurança que não é, inteiramente racional. Por exemplo, a discussão pública em Israel sobre a relação entre a ocupação do território, a segurança e a paz — que são os pontos fulcrais das conversações de paz israelo-árabes — está tingida por considerações de carácter religioso,

ideológico e emocional referentes a um território que é, ou que pode ser considerado, parte da Terra histórica de Israel. Uma parte considerável da opinião pública rejeita o compromisso territorial por outras razões que não de segurança, e está preparada — com diversos graus de discernimento — para acarretar as consequências com respeito à guerra, à paz e ao carácter do Estado de Israel. Neste aspecto, o acordo entre Israel e a OLP tem tido o efeito de renovar e de intensificar o debate histórico entre os sionistas que atribuem prioridade ao território — a Terra de Israel — em relação a valores sionistas competitivos, tais como a democracia, o Estado Judaico, e a paz, e aqueles que invertem a ordem e que estão dispostos a conceder território em troca da paz e do fim do domínio israelita sobre outros povos. Actualmente, estes últimos parecem constituir uma maioria com uma percentagem que se situa entre os 50 e 65%. É óbvio que mesmo esta maioria insiste, como um requisito mínimo, na desmilitarização extensiva dos territórios árabes ocupados à volta de Israel. Mas, existe também uma compreensão latente entre a maioria dos israelitas, de que faixas territoriais com uma extensão de 25 e 50 km (respectivamente os Montes Golan e a Cisjordânia) dificilmente podem garantir a segurança a longo prazo para um país pequeno, do que resulta uma necessidade constante tanto de uma paz íntima como de um dissuasor convincente [até que essa paz se venha a concretizar].

Em segundo lugar, é geralmente aceite que a preocupação dos israelitas com o terrorismo palestino constitui talvez a principal razão para encarar a retirada da Cisjordânia e de Gaza. O terrorismo palestino não constitui uma ameaça genuína à existência de Israel. Constitui sim, um desafio permanente à segurança; ele absorve o capital humano e económico de Israel e configura um imenso obstáculo emocional/psicológico, na medida em que faz parte integrante do sentimento já expresso de ameaça existencial.

Aquilo que os israelitas entendem por terrorismo palestino tem sido um problema à segurança desde 1920. E o facto é que persiste, apesar do progresso (talvez mesmo devido ao progresso) no sentido da paz. Um estudo levado a cabo pelo Centro Jaffee em Janeiro de 1993 revelou que 85% dos israelitas se sentem ameaçados pelos árabes na sua vida quotidiana. Isto contribui para que o terrorismo faça parte integrante do sentimento já referido de ameaça existencial.

É óbvio que é difícil para os israelitas encararem uma coexistência pacífica com os palestinos e que é naturalmente mais fácil justificar pensamentos de acção punitiva, de dissuasão ou de guerra preventiva, tanto mais que a própria percepção de segurança é também segurança — isto é, a percepção que os israelitas têm da sua insegurança, por mais subjectiva que seja, tem tendência a tornar-se num factor crítico para a elaboração de uma política de segurança pela liderança política. Pode dizer-se que medidas extremas, tais como a deportação de quatrocentos activistas palestinos islâmicos em Dezembro de 1992 e o fecho da Encosta Ocidental e da Faixa de Gaza em Março de 1993, resultaram

mais de uma crise política interna e pública de confiança do que propriamente de um comensurável acesso de terrorismo. O que aconteceu em Setembro de 1993 no relvado da Casa Branca foi que os israelitas se persuadiram não só de que a OLP, antes uma ameaça terrorista e político-existencial, tinha modificado radicalmente a sua visão como também de que a verdadeira ameaça terrorista vinha agora dos fundamentalistas palestinianos da Hamas. Israel e a OLP podiam por isso pôr de parte o seu jogo de soma zero, tanto no plano territorial como em face da sua hostilidade partilhada em relação aos Hamas. Poderíamos aqui também especular que o advento de um Médio Oriente com armamento nuclear é capaz de acarretar consequências de longo alcance para o pensamento de segurança israelita, tanto a nível público como a nível das élites. A emergência prospectiva de uma potência árabe hostil ou do Irão com armas nucleares e meios adequados de lançamento, poderia com toda a verosimilhança desencadear uma reacção vociferante e ansiosa entre a população, habituada a pensar em termos existenciais, o que acarretaria seguramente consequências de longo alcance para a política de segurança de Israel. A ambiguidade deliberada de Israel com respeito à sua capacidade nuclear chegaria possivelmente ao fim. Isto poderia despoletar um realinhamento geral das potências regionais e acabaria seguramente por afectar os processos de paz e de controlo de armamento.

Já se fez referência à presença, na percepção que Israel tem das questões de segurança, de um conjunto de características positivas no cenário actual, que apontam mais no sentido da paz e da estabilidade do que no da guerra. Ao longo dos últimos vinte anos, e com particular ênfase desde a segunda Guerra do Golfo, a maioria dos agentes árabes evoluíram no sentido de uma acomodação com Israel. Reconhecem que a solução política e a coexistência pacífica são do seu interesse, e que a opção militar ou mesmo o status quo, podem ser contraproducentes e altamente destrutivas da sua posição. O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética introduziram uma maior estabilidade no relacionamento do Médio Oriente com as superpotências: a tentacular influência americana em toda a região parece contribuir para a paz. O papel dos incentivos económicos está igualmente a ser uma ajuda útil para a paz e a estabilidade. Daqui resultam o processo de paz israelo-árabe e o actual baixo perigo de uma nova guerra. Na realidade, é preciso chamar a atenção para o facto de não ter havido nenhum ataque militar árabe contra Israel nos últimos vinte anos, com a excepção dos scuds de Saddam e dos ataques terroristas do Líbano.

E compreensível que só em Israel a Esquerda e a Direita se definam apenas pela leitura que respectivamente fazem das possibilidades de, e do preço que lhe é inerente, êxito do processo. Contudo, em ambos os lados do espectro político, as atitudes de Israel em relação à paz e à sua componente de segurança, assim como o seu sentimento em relação às atitudes dos árabes, revelam um quadro de considerável cinismo: os

israelitas continuam a suspeitar dos motivos árabes e, mesmo assim, optam pela paz. É um reflexo bastante fiel da peculiaridade do dilema de segurança israelita.

### **Aspectos de segurança da paz**

O que procura então Israel em termos de segurança nos seus acordos futuros com os árabes? Basicamente, é um melhoramento na segurança militar em relação à situação actual. Isto significa tornar mais difícil ao inimigo árabe fazer guerra contra Israel, e proporcionar a Israel maior pré-aviso na hipótese e em caso de guerra. Isto exige em contrapartida que as Forças Defensivas de Israel e que o exército árabe em questão estejam o mais separados possível, de modo que cada um dos lados disponha de possibilidades superiores de aviso antecipado. Isto significa também a introdução de zonas desmilitarizadas, ou de áreas tampões entre ambos os lados, talvez mesmo com um dispositivo de alerta internacional ou uma presença controladora. A visão árabe, que espelha a israelita sobre o potencial agressivo de Israel, tende a garantir que ambos os lados irão adoptar esta abordagem em relação aos aspectos de segurança da paz.

O exemplo clássico da aplicação com êxito destes princípios é o da península do Sinai – 250 km de zona tampão desmilitarizada no deserto que separa as forças israelitas das egípcias. Como resultado desta separação e, no caso de Israel, como consequência da retirada deste território, ambos os lados se sentem mais seguros. O caso israelo-egípcio é também um exercício de desmilitarização assimétrica (uma simples faixa de três quilómetros do território de Israel no deserto do Negev está desmilitarizada), que leva em conta as dimensões extremamente pequenas e a falta de profundidade estratégica de Israel. No caso da Síria, dado que os Montes Golan são praticamente um décimo da largura do Sinai, a desmilitarização tem de se expandir, mais para dentro do território sírio (embora permitindo à Síria defender Damasco) e talvez mesmo, de um modo simbólico e também assimétrico, abarcar a zona israelita da Galileia do norte. Contudo, e dado que mesmo esta medida não aumentará a zona tampão para além de 50-60 km, a Síria terá que proceder à redução das suas forças no perímetro oriental da zona tampão, acedendo em transferir várias divisões para frentes distantes. (Israel, com o seu exército largamente baseado num sistema de reserva, nunca dispõe em tempos normais de uma grande força na zona do norte).

Estes preparativos deveriam ser completados por uma força internacional organizada com base na da UNDOF da actualidade, ou possivelmente por uma força americana ligeira que possa igualmente servir para acorrer a situações de emergência no Golfo. (Os planos actuais do Pentágono para reduzir as forças dos Estados Unidos e a

atitude americana em relação ao posicionamento de forças no estrangeiro, tornam esta hipótese pouco provável). Cada lado poderia manter estações electrónicas de aviso antecipado em território alheio. Nestas circunstâncias, e admitindo a existência de relações pacíficas genuínas, Israel poder-se-ia retirar dos Montes Golan ao longo de um período de anos. A última área a ser evacuada, a encosta e as fontes de água do rio Jordão, que constituem a faixa mais oriental dos Montes Golan, seriam só entregues quando uma paz genuína e a confiança tivessem sido criadas entre ambos os lados, com Israel a preservar todos os seus direitos actuais sobre a água definidos em termos de garantias rígidas.

Esta ideia de separar grandes exércitos através de medidas extensivas de desmilitarização territorial a um nível bilateral só é aplicável ao Egipto e à Síria. A Cisjordânia e o sul do Líbano são casos especiais com características diferentes. Israel precisa aqui, a nível de estratégia militar, de garantias de que o território evacuado será não só desmilitarizado, como também não utilizado por exércitos mais distantes provenientes respectivamente de ou vindos através da Jordânia e da Síria. Daí, a necessidade de um grau de articulação nos arranjos de segurança para estas áreas: a Jordânia deverá comprometer-se a manter o seu próprio (pequeno) exército distante das margens do rio Jordão, e em não autorizar forças estrangeiras (v.g., do Iraque, da Síria) no seu território; a Síria deverá comprometer-se a manter as suas forças no Líbano distantes do sul. Aliás, estes arranjos têm de há muito estado em vigor numa base de facto; os tratados de paz dar-lhes-iam apenas forma de *jure*. Sendo assim, a sua violação constituiria *casus belli* claro e facilmente definido para Israel.

Voltamos ao princípio pelo qual Israel alcança maior segurança em troca da retirada do território. Só o compromisso da Jordânia em não autorizar o acesso de forças estrangeiras ao seu território — um género de semidesmilitarização — permitiria a Israel retirar o grosso das suas forças militares da Cisjordânia, deixando apenas unidades de aviso antecipado e de alerta (na encosta da Samaria e no vale do rio Jordão, respectivamente). Assim, a retirada de Israel permitiria efectivamente aumentar a sua segurança em relação a inimigos a Leste, os quais ficariam situados a uma distância de 500 km para além das fronteiras da Jordânia com a Síria e primordialmente com o Iraque. A Jordânia não entraria naturalmente em tal acordo sem, paralelamente, ser concluído um acordo israelo-palestiniano. Daí a emergência de um regime de segurança entre a Jordânia, Israel e a Palestina. A Jordânia não faria tão--pouco com Israel quaisquer acordos de segurança formais sem obter luz verde por parte da Síria. Isto implica uma ligação quase total entre todas as medidas de segurança baseadas na Jordânia e a conclusão de uma paz global israelo-árabe.

A Cisjordânia e o Líbano também constituem actuais ameaças à segurança (isto é, terrorismo e guerra de baixa intensidade). E muito mais difícil de lidar através de tratados com este género de conflitos. O acordo de Oslo constitui a primeira tentativa séria por parte dos israelitas e dos palestinianos para transferir a responsabilidade da segurança para os palestinianos. Para a maioria dos israelitas, a execução do acordo é um teste absolutamente decisivo à capacidade palestiniana para manter a paz. Terá de ser vista como um sucesso antes dos israelitas se empenharem seriamente nas conversações sobre o estatuto final.

A transferência de autoridade sobre segurança nos territórios ocupados por Israel (começando por Gaza e Jericó) deverá constituir uma operação por fases com fortes elementos de cooperação entre os dois lados das forças de segurança. Os palestinianos, assim como a comunidade internacional, têm de reconhecer o direito de Israel de desacelerar ou de parar o processo, se a OLP se mostrar incapaz de manter a segurança. Por seu lado, Israel tanto quanto possível tem de tratar com os palestinianos numa base de igualdade e de simetria, para ajudar a promover o apoio palestiniano ao governo interino. E quase certo que este processo seja marcado por graves incidentes de segurança; estes incidentes porão à prova a vontade e a capacidade dos palestinianos para lidar duramente com aqueles que procuram sabotar a paz.

Os principais obstáculos ao sucesso do acordo interino parecem ser os que a ele se opõem em ambos os campos: entre os israelitas, os colo-nos e os seus apoiantes políticos que rejeitam a própria noção de um compromisso territorial; e, entre os palestinianos, a oposição islâmica e marxista que continua a rejeitar a própria existência de Israel. As fases iniciais de execução do acordo de Oslo também pareceram revelar graves lacunas nos processos de tomada de decisão, liderança e de capacidade de planeamento dos palestinianos. Todas estas dificuldades aconselham Israel a mostrar-se cauteloso e a concentrar-se nas questões da segurança. Que o Governo palestiniano seja ou não democrático, que proteja ou não os direitos humanos, que se mostre ou não competente no plano da saúde ou da educação, os israelitas sentirão grande relutância em julgar a experiência de Oslo com maior severidade do que julgam os regimes dos Estados árabes vizinhos. Porém, um fracasso dos palestinianos no plano da segurança conduziria quase inevitavelmente ao bloqueamento do processo de paz.

No Líbano, a situação é quase surrealista, na medida em que, apesar da aparente falta de movimento no plano político, todos os lados estão de acordo precisamente no que se deve fazer para alcançar um tratado de paz; uma demonstração pelas forças de segurança libanesas, apoiadas pelos sírios, da respectiva capacidade para pacificar o sul; o encerramento de Hizballah pela Síria; e a retirada das forças israelitas. Em face da hegemonia síria no Líbano – que os israelitas estão agora inclinados a aceitar, desde a experiência infeliz que tiveram naquele país em 1982-

1985 – o sul do Líbano tem também de ser integrado num regime de segurança israelo-sírio. Daqui resulta a necessidade de uma ligação estreita entre um acordo entre Israel e a Síria e entre Israel e o Líbano, e da criação de um regime de segurança tripartido entre Israel, a Síria e o Líbano, como complemento do regime de segurança entre Israel, a Jordânia e a Palestina acima descrito.

A ideia-força subjacente a estas medidas é que os territórios ocupados têm na realidade uma importância estratégica para Israel — particularmente as terras altas dos Golan e a Cisjordânia. Para que Israel possa desocupar estas áreas, tem de receber compensações através da criação de zonas tampão extensivas no caso da Cisjordânia uma área que na realidade se estende por 500 km até à fronteira entre a Jordânia e o Iraque. Uma vez que estas áreas tampão parecem também servir os interesses árabes, elas são encaradas como sendo aceitáveis, mesmo desejáveis, pelo lado árabe.

E oportuno referir aqui de um modo breve o status único da Jordânia. A ideia predominante em Israel sobre a função estratégica: da Jordânia na região parece coincidir amplamente com a dos líderes hashemitas, ou seja: um tampão regional, que partilha do medo israelita do nacionalismo palestino e do irredentismo potencial, e que está pronto para em conjunto encontrar processos de os conter. A Jordânia e Israel não têm uma querela estratégica, mas, pelo contrário, muito em comum no entendimento que têm das ameaças regionais a que estão sujeitos. Israel é o único país associado com a coligação anti-Iraque de 1990-1991, que fez uma apreciação positiva da posição da Jordânia durante a guerra: ao manter os iraquianos fora da Jordânia, a monarquia hashemita evitou uma nova guerra israelo-árabe: No contexto do processo de paz, um compromisso da Jordânia em não permitir o acesso de forças estrangeiras ao seu território deveria ser acompanhado de garantias regionais da sua segurança, incluindo Israel. Já se referiu que a Jordânia e Israel deverão colaborar de perto para a solução do problema palestino. A Jordânia é o único país na região (e talvez mesmo no mundo) que faz referência à «segurança demográfica» no contexto da sua visão estratégica: insiste que uma solução para a questão palestina permitiria também aliviar o seu próprio ténue equilíbrio demográfico em benefício dos hashemitas. Isto explica a reacção de preocupação com que a Jordânia recebeu o acordo de Oslo e a pressão de Israel (e da América) em tranquilizar os líderes hashemitas. A Jordânia procura essencialmente garantir que o acordo entre Israel e a Palestina implique a migração de palestinos (pessoas deslocadas em 1967 e, na fase final do processo de paz, refugiados de 1948) da Jordânia para a entidade da Palestina e impeça o êxodo de palestinos da Cisjordânia para a Jordânia (devido, por exemplo, ao colapso do governo da OLP). Isto coincide amplamente com o próprio interesse de Israel em assegurar a vitalidade do reinado hashemita e a viabilidade de uma entidade palestina.

(Alguns israelitas continuam no entanto agarrados à ideia imprudente de que uma «Jordânia palestina» é a melhor solução para o problema

palestiniano de Israel. Este conceito, transformado no slogan «a Jordânia é a Palestina», sacrifica o papel vital da Jordânia como zona tampão perante inimigos mais fortes a Leste, em benefício de uma aparente solução rápida para o problema palestino — solução essa que em nada contribui para diminuir o problema demográfico da Cisjordânia e de Gaza). Existe uma série de componentes adicionais no regime de segurança de um eventual acordo final com os palestinos que requer tratamento. Já se referiu que a Cisjordânia e a Faixa de Gaza têm de ser desmilitarizadas, com o reforço de uma semidesmilitarização na Jordânia (assim como no Egito, onde a península desmilitarizada do Sinai faz fronteira com Gaza). Partindo do princípio de que uma experiência: de autonomia com êxito consegue persuadir os israelitas de que um Estado palestino e uma solução aceitável, Israel deverá então insistir em ajustamentos territoriais da fronteira de 1948-1967 por razões de segurança de ordem corrente e também estratégica: expandir o corredor de Jerusalém para norte e sul; anexar a saliência de Latrum que domina o aeroporto de Ben-Gurion; manter uma presença no sopé das encostas da Samaria ocidental e no Vale do Rio Jordão; proteger Jerusalém a partir da vertente oriental, em Maale Adummim.

Não é por acaso que estes ajustamentos territoriais deixariam a maior parte dos residentes israelitas da Cisjordânia em território israelita. Para além deste aspecto demográfico, eles acrescentam uma dimensão mínima de segurança táctica: a protecção do aeroporto internacional de Israel de ataques terroristas a partir das bases de montanhas próximas, a segurança da rota para Jerusalém a partir da costa, e a ampliação da «cintura central» de Israel na região de Hadera-Netanya, que se situa em cima da fonte principal de água costeira de Israel. No plano estratégico-militar, já se referiu que uma presença ao longo do Vale do Jordão permite o estabelecimento de um mecanismo de alerta perante um ataque vindo do oriente; Maale Adummim protege a capital, Jerusalém, de um ataque através do rio Jordão. Por fim, e como já se fez notar, as fontes de água tradicionais, tais como as da Samaria ocidental, adquirem uma dimensão de segurança numa região onde o controlo da água tem sido um *casus belli* (v.g., entre Israel e a Síria por volta de 1960). Esta lista é extensa e actualmente inaceitável para os palestinos. A exigência de redundância nela contida não só relativamente à Jordânia como também nos arranjos de segurança na Cisjordânia (a área seria desmilitarizada), corresponde à tendência já enunciada e compreensível para Israel se basear em contingências de piores casos. A redundância parece desejável, particularmente nas fases iniciais do processo de reconciliação e perante o futuro incerto do governo hashemita. Em qualquer dos casos, as negociações sobre estas questões ainda não começaram. É certo que as exigências territoriais de Israel em relação aos palestinos seriam até certo ponto equilibradas pela necessidade dos palestinos de concessões israelitas, v. g., o corredor de Gaza-Judeia.

Até aqui o tratamento dado às questões de segurança em relação ao acordo entre israelitas e palestinos tem incidido sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (não se tratará aqui de Jerusalém na medida em que não é uma questão de segurança). Existem duas comunidades palestinas adicionais, cujas necessidades têm de ser consideradas no contexto das necessidades de segurança geral de Israel, para que; a paz entre israelitas e árabes seja uma, realidade autêntica: a comunidade israelo-árabe e os refugiados palestinos dos estados árabes.

Os «israelitas-palestinos», que constituem cerca de 18% da população de Israel têm sido tratados, ao longo dos passados quarenta e oito anos, e de variadíssimas maneiras, como cidadãos de segunda classe. Uma justificação fundamental para tal facto foi a sua identificação compreensível com a causa palestina. Uma paz israelo-palestina pode trazer para primeiro plano as exigências de autonomia israelo-árabes; isto seguramente conduziria Israel a confrontar-se com a necessidade de definir o status dos seus cidadãos árabes de um ponto de vista constitucional (isto é, qual é o status da minoria não judaica na pátria nacional judaica?), e, uma vez que a segurança deixaria de ser um factor primordial, a equiparar inteiramente os respectivos direitos e obrigações de cidadania aos da maioria judaica. A omissão nesta matéria poderia dar origem a graves consequências de segurança interna para Israel.

No seu conjunto, os israelo-árabes e os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (e de Jerusalém oriental) constituem apenas metade da população mundial de cerca de cinco milhões de palestinos. A maioria da restante metade tem vivido no Líbano, Síria e Jordânia desde que abandonaram Israel em 1948-1949. Muitos estão em campos de refugiados e muitos continuam a ser apátridas. Uma paz israelo-árabe que abranja apenas os palestinos que vivem nos Territórios contribuiria tão-somente para dar origem a uma nova fase do irredentismo palestino encabeçada pelos refugiados dos países árabes vizinhos. Assim, Israel deverá insistir para que os acordos de paz com os seus vizinhos contenham cláusulas vinculativas para a reabilitação e/ou para o realojamento de todos os refugiados palestinos. Enquanto houver centenas de milhares de palestinos que reclamam os lares dos israelitas, os israelitas nunca se sentirão verdadeiramente seguros. É óbvio que muitos refugiados podem ser realojados na entidade política emergente da Palestina. Porém, dada a necessidade de lidar com os inúmeros problemas já levantados pelos refugiados de Gaza e da Cisjordânia esse processo poderia revelar-se lento e permanecer incompleto. Israel precisa pois de insistir, no âmbito dos respectivos tratados de paz com o Líbano, Síria e Jordânia, para que estes países assumam uma certa responsabilidade na resolução do problema dos refugiados. Por fim, é importante fazer um pequeno apontamento sobre questões de controlo de armamento. Mesmo que as medidas de segurança já enunciadas venham a ter um êxito total, Israel ainda se vê ameaçado por inimigos mais distantes, tais como o Iraque e o Irão, que rejeitam a própria ideia

de um processo de paz com Israel, e cujo arsenal nos próximos anos poderá incluir armamento não convencional e sistemas de lançamento de mísseis que não reconhecem zonas tampão territoriais. Em consequência, Israel terá de insistir com tenacidade na manutenção do seu próprio arsenal não convencional até toda a região estar abrangida por uma paz estável. O controlo de armamento não convencional e de mísseis, para que seja eficaz, tem de ser aplicado em primeiro lugar aos regimes mais perigosos do Irão e do Iraque. Ao mesmo tempo, os israelitas apercebem-se cada vez melhor dos efeitos perniciosos da sua imagem de potência nuclear sobre a percepção árabe das possibilidades a longo prazo de paz e estabilidade. Esta percepção tem de ser tratada através de um diálogo crescente entre israelitas e árabes, desejavelmente no quadro de um regime de cooperação sobre matérias de segurança [regional] patrocinado pelos americanos e orientado contra as ameaças suscitadas por agentes tais como o Irão. Devido ao facto de Israel se ver «isolado contra muitos» e do seu exército ser constituído quase exclusivamente por reservistas, é preciso abordar com muita cautela qualquer plano regional de redução de forças - convencionais. (A maior parte dos vizinhos de Israel consideram-se também como «um contra muitos», e não verão com bons olhos reduções de forças convencionais). Logicamente, a forma mais eficaz de proceder ao controlo de armamentos no Médio Oriente é a restrição dos fornecimentos. Contudo, e por razões internas de carácter económico, todos os principais fornecedores continuam ansiosos por aumentar as suas vendas na região.



O tratamento consideravelmente extenso dos aspectos de segurança reflecte, como foi referido à partida, a preocupação básica de Israel com respeito à paz. Para a maioria dos israelitas, a segurança em conjunto com relações formais, por mais «frias» que sejam (v.g., entre Israel e o Egipto,) serão suficientes para a paz, em grande parte porque não se espera muito mais dos árabes e, na maioria dos casos, os israelitas desconfiam de ou evitam a cultura árabe e [também] presumem, que os árabes reagem aos israelitas de modo semelhante. Tal como notou o filósofo israelo-árabe Azmi Bishara após a assinatura do acordo de Oslo (*Ha'ir*, Setembro 24, 1993): «Israel nunca será uma parte integrante do Médio Oriente, porque o compromisso a que está a chegar com os povos árabes é muito mais de carácter diplomático do que histórico. Em face disto, Israel continuará a suspeitar e a ser objecto de suspeitas. Consequentemente, Israel não se deverá considerar, no período que se segue aos acordos de paz, como uma parte do Médio Oriente, na esperança de vir a beneficiar destes acordos. A cultura árabe não se associará à cultura israelita, nem sequer com a ajuda de pontes construídas pelos judeus que vieram de Marrocos ou do Iraque. A própria

burguesia árabe, que fala a linguagem do dinheiro, não se associará à sociedade israelita. O facto de um homem de negócios ter nascido em Marrocos não terá o menor efeito sobre um homem de negócios palestino, porque, para todos os efeitos, será visto como um judeu». Israel provavelmente também será visto, poder-se-ia acrescentar [pelos seus vizinhos árabes], como um intruso proveniente do Mundo Ocidental («estado cruzado de alta tecnologia») ou, na melhor das hipóteses, como uma etnia de novo riquismo, um povo que se soubesse qual é o seu lugar, teria um comportamento menos agressivo e arrogante. Estas atitudes em relação a Israel parecem ter raízes bem fundas. A imagem nuclear de Israel, as suas estreitas ligações com os Estados Unidos e com a comunidade judaica mundial, assim como a sua cultura marcadamente ocidental contribuem grandemente para essa reputação. Ela é ainda agravada pela tendência de muitos israelitas [no que respeita aos aspectos económicos do processo de paz], para tratarem com condescendência os seus vizinhos árabes, embora neste aspecto os israelitas possam aprender e mudar de atitude o que, aliás, já vai acontecendo. Seja como for, as dificuldades que os árabes manifestam em legitimar o povo e o Estado judaico, tendem a reforçar a preocupação dos israelitas com os aspectos de segurança da paz. No ponto de vista de Israel, foi justamente a sua força militar que conseguiu trazer os árabes para a mesa das negociações de paz apesar das dúvidas e reticências que denotavam. De igual modo, um Estado [forte e seguro de Israel] será o principal factor capaz de cimentar uma paz duradoura. Qualquer discussão sobre aspectos económicos e sociais da paz deve ser, por isso, encarada como secundária em comparação com as questões de segurança.